

Jornadas sobre Saúde Mental

Sessão I: Inimputabilidade, imputabilidade diminuída e medidas de segurança

27 de maio | Lisboa | CEJ, Sala Luis Ribeiro

8 de junho | Lisboa | CEJ, Auditório Álvaro Laborinho Lúcio

26 de junho | Lisboa | CEJ, Sala de Audiências

Assistência preferencialmente presencial.

Ação de Formação Contínua Tipo C

Destinatários: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público e outros/as profissionais da área forense

Objetivos: Aprofundar os conhecimentos teórico-práticos sobre os regimes jurídicos da inimputabilidade e da imputabilidade diminuída, bem como sobre a aplicação, execução e controlo das medidas de segurança no direito penal português, promovendo decisões mais fundamentadas, consistentes e alinhadas com a jurisprudência e a ciência médico-legal, designadamente: analisar o regime da inimputabilidade e imputabilidade diminuída previsto no Código Penal; distinguir critérios legais e doutrinários aplicáveis à exclusão ou diminuição da culpa; compreender os pressupostos médico-legais; interpretar conceitos fundamentais de psiquiatria forense relevantes para a avaliação da imputabilidade; compreender o papel das perícias médico-legais e a sua valoração em tribunal; desenvolver competências na análise crítica de relatórios periciais; analisar o regime das medidas de segurança e os pressupostos da sua aplicação; fomentar uma abordagem interdisciplinar e incentivar o diálogo entre magistrados, peritos e outros intervenientes do sistema de justiça.

1.º dia – 27 de maio

Manhã	Tarde
10h00 Abertura 10h15 Enquadramento legal e critérios periciais para avaliação da capacidade de culpa <i>Sofia Brissos, médica psiquiatra, especialista em psiquiatria forense</i> 11h15 Pausa 11h30 Questões probatórias: A perícia psiquiátrica e a perícia sobre a personalidade; relatórios periciais: contraditório e valoração pelo tribunal <i>Miguel Lemos, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra</i> 12h30 Debate Moderação: Ana Paula Conceição, Juíza Desembargadora e Miguel Rodrigues, Procurador da República, Docente do CEJ	14h30 Medidas de segurança e a sua aplicação. Execução e revisão de medidas de segurança não privativas da liberdade <i>Miguel Veiga, Juiz Desembargador do Tribunal da Relação de Coimbra</i> 15h30 Pausa 15h45 Desafios na articulação entre sistema judicial, sistema de saúde e rede de apoio social” <i>Ana Cristina Neves, Diretora de Serviços de Assessoria Técnica e Execução de Penas na Comunidade da DGRSP, Henrique Barreto, Membro da Coordenação Nacional das Políticas de Saúde Mental e Diretor do Serviço de Psicologia Clínica e da Saúde da Unidade Local de Saúde de Lisboa Ocidental, EPE, Susana Viana, Diretora da Unidade de Intervenção Social da Segurança Social, todos representantes do Grupo de Análise, Monitorização e Acompanhamento (GAMA)</i> 16h45 Debate

Jornadas sobre Saúde Mental

Sessão II: Medidas de internamento, tratamento e acompanhamento no âmbito da execução das penas

8 de junho | Lisboa | CEJ, Auditório Álvaro Laborinho Lúcio

26 de junho | Lisboa | CEJ, Sala de Audiências

Assistência preferencialmente presencial.

Ação de Formação Contínua Tipo C

Destinatários: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público e outros/as profissionais da área forense

Objetivos: Reforçar as competências técnico-jurídicas e práticas dos magistrados na aplicação, acompanhamento e fiscalização das medidas de internamento, tratamento e acompanhamento, assegurando uma execução dessas medidas conforme aos princípios da legalidade, proporcionalidade, reinserção social e proteção dos direitos fundamentais, designadamente: aprofundar o conhecimento do enquadramento legal nacional, nomeadamente o Código Penal e o Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade; analisar jurisprudência recente dos tribunais superiores e orientações relevantes; desenvolver critérios para a aplicação de medidas de internamento e seu acompanhamento; promover o diálogo com peritos (psiquiatria, psicologia, reinserção social); reforçar mecanismos de controlo judicial das medidas aplicadas; acompanhar a evolução do internado e a adequação das medidas; assegurar o respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos destinatários das medidas; fomentar a cooperação entre magistrados, técnicos de reinserção social, profissionais de saúde e instituições; compreender o papel das entidades externas na execução das medidas e promover estratégias eficazes de reintegração social

2.º dia – 8 de junho

Manhã	Tarde
10h00 Abertura 10h15 Articulação entre tribunais de execução de penas, serviços prisionais e unidades de saúde mental <i>Sérgio Saraiva</i>, médico psiquiatra, subespecialidade de psiquiatria forense, a exercer funções no Hospital Prisional de S. João de Deus em Caxias 11h15 Pausa 11h30 Execução, revisão e cessação de medidas de segurança de internamento <i>Ramos da Fonseca</i>, Juiz Desembargador do Tribunal da Relação de Lisboa 12h30 Debate Moderação: Ana Paula Conceição, Juíza Desembargadora, e Ana Carina Bastos, Juíza Desembargadora, Docentes do CEJ	14h30 Medidas de internamento, tratamento e acompanhamento no âmbito da execução das penas <i>Fernando Vieira</i>, médico psiquiatra, Presidente da Secção de Subespecialidade de Psiquiatria da Ordem dos Médicos e Presidente da Comissão de Acompanhamento para a Execução do Regime Jurídico do Tratamento Involuntário. 15h30 Pausa 15h45 Desafios práticos na proteção dos direitos fundamentais dos reclusos com doença mental, assegurando simultaneamente a segurança e a ordem pública”. <i>Professor Luís Madeira</i>, Professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, onde é Coordenador de Ética e Deontologia Médica e Coordenador do Centro de Bioética e Humanidades Médicas, Presidente da Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental, Membro do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida e Membro da Comissão de Ética da European Psychiatric Association 16h45 Debate

Jornadas sobre Saúde Mental

Sessão III: Saúde Mental e Direito da Família e das Crianças

27 de maio | Lisboa | CEJ, Sala Luis Ribeiro

8 de junho | Lisboa | CEJ, Auditório Álvaro Laborinho Lúcio

26 de junho | Lisboa | CEJ, Sala de Audiências

Assistência preferencialmente presencial.

Ação de Formação Contínua Tipo C

Destinatários: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público e outros/as profissionais da área forense

Objetivos: Reforçar as competências técnico-jurídicas e práticas dos magistrados da área da família a propósito da saúde mental, da capacidade parental, exercício das responsabilidades parentais e proteção dos direitos da criança, fomentando ainda a cooperação entre magistrados, profissionais de saúde e instituições.

3.º dia – 26 de junho

Manhã	Tarde
10h00 Abertura	14h00 O papel da perícia médico-legal e psicológica em processos de regulação do exercício das responsabilidades parentais e de promoção e proteção
10h15 Perturbações mentais e avaliação da capacidade para o exercício das responsabilidades parentais	<i>Cristina Almeida e Sousa, Juíza Desembargadora no Tribunal da Relação de Lisboa</i>
<i>Rute Agulhas, Psicóloga especialista em Psicologia Clínica e da Saúde, Psicoterapia e Psicologia da Justiça</i>	14h45 Saúde mental e intervenção protetiva: medidas de colocação e em meio natural de vida
11h00 Como lidar com a saúde mental no acolhimento familiar?	<i>Margarida Pereira da Silva, Procuradora da República no Juízo de Família de Cascais</i>
<i>Helena Grangeia, Doutorada em Psicologia com especialidade em Psicologia Clínica e da Saúde e em Psicologia da Justiça</i>	15h30 Pausa
11h45 A saúde mental dos jovens acolhidos	15h45 Boas práticas que articulem proteção da criança e respeito pelos direitos das pessoas com perturbações mentais
<i>João Pedro Gaspar, Doutorado em Psicologia, Mentor da PAJE – Plataforma de Apoio a Jovens (ex) Acolhidos, Investigador da Universidade de Coimbra</i>	<i>Paulo Guerra, Juiz Desembargador no Tribunal da Relação de Coimbra</i>
12h30 Debate	16h30 Debate
<i>Moderação: Miguel Ferreira Vaz, juiz de Direito e Ana Centeio Rebocho, Procuradora da República, Docentes do CEJ</i>	